

Consultoria

127) PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PROVENTOS. PENSÃO.

Providências sugeridas com o objetivo de sanar vícios de inconstitucionalidade de leis estaduais e propiciar a harmonização de disposições legais e regulamentares contraditórias a propósito da incidência do Adicional de Local de Exercício (ALE) na base de contribuição previdenciária e de sua inclusão no valor dos proventos de inatividade e pensões de policiais militares, policiais civis e outras categorias de servidores civis. Remissão aos Pareceres PA nº 169/2008, 162/2009, 121/2010, 123/2010 e 164/2010. (Parecer PA nº 84/2011 – Aprovado pelo Procurador-Geral do Estado em 20.12.2011)

128) CONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO. ESTADO-MEMBRO. SEGURANÇA PÚBLICA. SISTEMA PENITENCIÁRIO. AÇÃO JUDICIAL – Ação Direta Declaratória de Inconstitucionalidade.

Exame da constitucionalidade da Lei Complementar nº 46, de 29 de abril de 2009, do Município de Registro, cujo artigo 1º, ao inserir o parágrafo 4º ao artigo 27 da Lei Complementar nº 42,

de 23 de dezembro de 2008, proibiu «a instalação de presídios e quaisquer outros estabelecimentos prisionais ou de ressocialização, ainda que destinado a menores infratores, nos perímetros urbano e rural, do Município de Registro». Inconstitucionalidade orgânica por colidência com normas gerais federais de direito penitenciário (Lei de Execuções Penais) ou de proteção à infância e à juventude (ECA) e, também, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre direito agrário. Inconstitucionalidade material consistente na inviabilização do dever do Estado para com a preservação da segurança pública. Precedentes da Procuradoria Administrativa: Pareceres PA-3 nº 137/97 e PA nº 334/02, nº 285/06, nº 204/07, nº 93/08, nº 126/08, nº 28/09, nº 101/09, nº 116/09. Viabilidade de propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça. Legitimação ativa do Governador do Estado. Fundamento: artigos 74, inciso VI, e 90, inciso I, da Constituição Estadual. Minuta de petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade, a ser proposta perante o Tribunal de Justiça, cuja jurisprudência é remansosa no sentido da invalidade de diplomas municipais de teor assemelhado. Pedido de medida cautelar. (Parecer PA nº 131/2011 – Aprovado pelo Procurador-Geral do Estado em 07.11.2011)